

A equidade no sistema universitário português: Da universalidade do discurso à contradição das práticas (*)

BELMIRO GIL CABRITO (**)

1. O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. *O contexto teórico*

As perspectivas optimistas de crescimento da economia mundial no pós-guerra, constituíram um factor determinante do processo explosivo de expansão da oferta e da procura de educação, a partir dos finais da década de 50, registado na generalidade dos países. As medidas que conduzem à criação de condições de acesso universal à educação surgem como imanes de processos capazes de promover a melhoria da qualidade de vida da população em geral, o aproveitamento racional de recursos materiais e humanos e o desenvolvimento económico e social (Coombs, 1985).

A aceleração do processo de industrialização no pós-guerra transformou o horizonte económico dos países que arrancam para um novo ciclo de crescimento, o qual se irá repercutir em necessidades objectivas de quadros qualificados.

As actividades económicas motoras desta fase de crescimento exigem mão-de-obra com outras competências que não as até então existentes no mercado de trabalho. Produzir essas novas competências e disponibilizá-las para a produção tornou-se um imperativo, sob pena de desaceleração e de bloqueio ao processo de crescimento em curso.

Nos países mais desenvolvidos as expectativas face ao sistema escolar avolumam-se, pois espera-se que a escola forneça a mão-de-obra necessária aos novos processos produtivos. Do lado da oferta, a pressão sobre o sistema educativo materializa-se, em parte, no alargamento do período da escolaridade obrigatória e na expansão do sistema.

O défice em quadros qualificados teve um efeito estruturante da relação educação-economia, na medida em que, em geral, os novos quadros eram absorvidos pelo mercado de trabalho, de forma rápida e eficaz. O sistema educativo atingiu, assim, elevados níveis de eficácia no fornecimento de mão-de-obra qualificada. Ao

(*) O presente artigo inscreve-se no contexto da investigação que o autor se encontra a desenvolver, no âmbito da dissertação para doutoramento na área de Economia da Educação, com o título provisório de «Análise Socio-económica do Financiamento do Ensino Superior Universitário, em Portugal».

(**) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

mesmo tempo o esforço individual era recompensado pelo lugar que o indivíduo viria a ocupar no campo produtivo e pelo reconhecimento social associado a esse lugar, em virtude de um sistema de carreiras que se constrói de forma directamente relacionada com diplomas académicos (Shultz, 1961; Becker, 1964).

Para os jovens portadores de fraco nível de capital cultural, a escola surge como o motor possível de mobilidade social e da apropriação de outras formas de capital bem como das regalias que, no domínio social, lhe estão associadas. A relação positiva que se estabelece entre educação e trabalho viria a constituir um dos factores motivacionais da procura individual de educação. Essa procura era recompensada pela conquista de um novo estatuto social e pelo gozo dos poderes simbólico e material que lhe eram afectos, rompendo-se com processos de atribuição de estatutos sociais determinados, fundamentalmente, pela origem social (Accardo, 1983).

O crescimento económico ocorrido e a resposta social do mercado de trabalho relativamente aos possuidores das competências que os novos processos produtivos exigiam repercutiu-se, assim, do lado da procura. Face à escassez do bem «quadro/operário qualificado» e ao papel da educação no fornecimento desse bem raro assistiu-se a uma recompensa das novas competências no mercado de trabalho, de forma quase linear e causal, com empregos melhor remunerados e mais prestigiados e um estatuto social reconhecidamente mais elevado.

A Teoria do Capital Humano interroga estas correspondências, estruturando-se em torno da relação educação/produktividade/salário, no sentido de que mais educação conduziria a maiores níveis de produtividade que seriam recompensados no mercado de trabalho.

Esta atitude optimista face ao mercado e a crença na educação como o processo de conquista de prestígio constituem os fundamentos da Teoria do Capital Humano que dominou o debate teórico dos anos 60/70: a educação e a formação constituiriam os meios por excelência de aumentar o capital cultural individual vendável no mercado de trabalho (Mincer, 1979).

A Teoria do Capital Humano concretiza, pois, o referencial teórico que elege a educação como o meio privilegiado de desenvolvimento das eco-

nomias e de ascensão social de indivíduos e de grupos, vindo motivar um processo circular incremental de oferta e de procura de educação.

Mesmo para os primeiros críticos da causalidade mecanicista inerente à Teoria do Capital Humano, a relação educação-emprego não podia ser sonhada, ainda que tenha tomado outros contornos.

Para uns, a escola não ensina para o trabalho, uma vez que as habilidades necessárias ao exercício de uma profissão adquirem-se maioritariamente no posto de trabalho. Em consequência, é o posto de trabalho que condiciona os níveis de produtividade e não o inverso (Spence, 1973). Todavia, reconhece-se na escola um poderoso instrumento de promoção do trabalhador, pelo facto de o socializar para a profissão e de nele desenvolver capacidades que lhe permitem aprender no posto de trabalho.

Desta forma, do lado da oferta, maiores níveis de escolaridade seriam recompensados, e o título académico possuído tornou-se no «cartão de visita» no processo de selecção e de recrutamento levado a cabo pelos empregadores. O diploma académico constitui o «sinal» indiciador das capacidades que os indivíduos são detentores e, como tal, da garantia de maiores níveis de produtividade (Spence, 1973) ou no «filtro» para a obtenção de determinada posição social (Arrow, 1973).

Do lado da procura, a crença de que a escola seria o meio mais rápido e seguro de atingir níveis de prestígio até então reservados a determinados estratos da sociedade consolidou-se. Nesse sentido, a educação concretiza o «bem» de consumo mais rentável e atractivo para os estratos populacionais herdeiros de fracos níveis de capital cultural (Bowles, 1963), ao mesmo tempo que se revela como o instrumento necessário ao alargamento da rede de relações interindividuais e à conquista de poder no campo social (Bourdieu, 1975).

Deste modo, quase de forma mecânica, a educação parece servir a economia, ao produzir as competências indispensáveis ao processo de crescimento ou os sinais socialmente reconhecidos de novos saberes e saberes-fazer. O investimento em educação realizado ao longo das décadas de 50, 60 e de 70 consubstancia a resposta técnica dos sistemas educativos às exigên-

cias do novo sistema de produção (Collins, 1979).

Em Portugal, por exemplo, foi notório o investimento em educação ao longo das décadas de 50 e 60, explícito no incremento da oferta profissional – através das escolas técnicas comerciais e industriais – cuja função era a de «produzir mão-de-obra qualificada» capaz de responder às alterações entretanto introduzidas no modelo de desenvolvimento adoptado pelo país (Grácio, 1986).

De facto, a opção pelo processo de industrialização adoptado na década de 50 em Portugal mostrava-se incompatível com um sistema educativo frequentado, ao nível pós-primário, por uma minoria de indivíduos provenientes, maioritariamente dos estratos sociais portadores de maiores níveis de capital económico e cultural que se confundiam, de certo modo, com o próprio poder político, dadas as fortes ligações detectáveis entre esses tipos de capital e o poder político (Martins, 1973; Pintado *et al.*, 1989).

As novas necessidades da economia, em Portugal como nos restantes países, terão originado, portanto, uma procura «utilitarista» e «tecnicista» de educação, nomeadamente por parte dos jovens oriundos dos estratos sociais até então menos representados nas posições de prestígio económico e social e que, deste modo, asseguravam «futuros possíveis» mais prestigiados.

Neste cenário desenvolvimentista, o investimento privado em educação assumiu a racionalidade inerente a práticas que procuram não apenas vantagens pecuniárias imediatas mas que perseguem, também, vantagens não pecuniárias no futuro (Blaug, 1970).

Acompanhando este processo explosivo da oferta e da procura de educação nos países desenvolvidos, promove-se a criação de condições que permitam o acesso igualitário à educação. A expansão dos sistemas educativos, no sentido do cumprimento de uma escolaridade obrigatória progressivamente alargada e da criação de condições indispensáveis a um processo de igualdade de oportunidades de acesso à educação, cujos efeitos se alargariam, na forma de externalidades positivas, a toda a colectividade, é disso testemunho (Weale, 1992).

Factores técnicos, económicos e sociais terão fundamentado, assim, o rápido e acelerado incremento de procura de educação em todos os

graus de ensino. A relação que parece estabelecer-se entre níveis académicos e estatutos profissionais, estimulou a procura generalizada de educação em todos os níveis, nomeadamente da sua fileira mais prestigiada e associada ao poder, a universitária, pelas relações positivas verificáveis entre este segmento educativo, o crescimento económico e os rendimentos auferidos (Pencavel, 1991).

A universidade viu-se, assim, confrontada com uma procura acrescida, constituída por jovens dos mais diversas origens social e económica, motivados pela possibilidade de ascensão social inerente à frequência do ensino superior e pelo capital simbólico que lhe está associado. A justiça social inerente ao acolhimento desses jovens decorre da necessidade de elevar o nível de equidade do aparelho educativo (Coombs, 1985), e que se concretiza a dois níveis: interno e externo.

Ao nível interno, a equidade traduzir-se-ia, nomeadamente, na tendência para uma participação igualitária dos diversos grupos no ensino, nomeadamente no superior. Ao nível externo, a equidade traduzir-se-ia em processos de mobilidade social que conduziriam a uma diminuição de diferenças de rendimentos entre os grupos sociais, em virtude de uma maior aproximação do nível de riqueza dos indivíduos resultante da afectação de maiores salários a maiores níveis de educação (Calero, 93).

Deste modo, pode identificar-se equidade à criação de igualdade de condições de acesso e de permanência num nível educativo concreto de forma a que todos os jovens, independentemente do seu género ou da sua origem geográfica, social, étnica, económica, etc., possam ingressar no sistema educativo, nomeadamente o ensino superior, garantindo os níveis interno e externo de equidade cometidos ao sistema educativo.

A forma de medir o grau de equidade do sistema educativo releva, então, do nível de participação dos diversos grupos sociais na educação e respectivos efeitos, nomeadamente no incremento da mobilidade social promovendo tendencialmente uma diminuição nas diferenças de natureza escolar e económica entre os indivíduos (Carlini, 1996).

Assim, o grau de equidade dos sistemas educativos pode medir-se, em termos concretos e de forma algo grosseira, pela composição da popu-

lação estudantil. No contexto desta investigação pretendeu-se, exactamente, perceber em que medida o ensino superior universitário português incorporou a equidade, a partir da caracterização dos grupos sociais a que pertencem os jovens que frequentam a universidade.

Nesta reflexão pretendeu-se contribuir:

- para o conhecimento da dinâmica evolutiva deste segmento educativo, propondo a comparação da origem social dos estudantes universitários em períodos diferentes – início da década de 60, que marca o começo do processo de democratização do ensino em Portugal e início da década de 90;
- para a verificação da existência, actualmente, de alguma homologia entre a origem social dos estudantes do ensino universitário e a composição da população portuguesa em geral.

Nesse sentido, neste artigo discute-se em que medida o nosso sistema educativo, no segmento universitário, reflecte a equidade de acesso de todos os jovens a este nível de ensino, que concretizaria o direito constitucional de todos os indivíduos a qualquer nível de educação. O grau de equidade do sistema será medido, fundamentalmente, através de dois indicadores:

- um primeiro, que compara o nível de escolaridade do «pai» dos indivíduos a frequentar a universidade na década de 60 com o nível de escolaridade do «pai» daqueles que agora a frequentam, bem como a estrutura académica da população em geral, nos dois momentos;
- um segundo, que pretende verificar se a composição da população universitária actual, em termos de capital escolar e sócio-profissional, é semelhante à da população portuguesa. Este último indicador é tratado a quatro níveis: o nível de habilitações; a situação na profissão; a categoria profissional e a posição de classe dos portugueses em geral e do «pai» e «mãe» dos jovens que frequentam a universidade.

1.2. *Procedimentos metodológicos*

De uma forma breve, julgamos importante dar conta do processo como a investigação decorreu, nomeadamente através da identificação das fon-

tes de informação utilizadas para o presente documento.

Na pesquisa realizada, e para efeitos do presente artigo, utilizaram-se diversos instrumentos, sendo de salientar um inquérito por questionário aplicado a estudantes do ensino superior universitário e o Censo de 1991.

Do questionário

Para a caracterização da população que procura a universidade, aplicou-se, no ano lectivo 1994/1995, um inquérito por questionário a uma amostra representativa dos estudantes que ingressaram no ensino superior universitário público e privado em 1991-1992.

O questionário é composto por diversos blocos que pretendem caracterizar a população universitária nos domínios familiar, escolar, social e económico, bem como para elucidar das razões que condicionam os processos de escolha de cursos e estabelecimentos, das opiniões dos estudantes acerca do bem «ensino superior» e do papel que deverá caber ao Estado no seu financiamento, bem como das suas expectativas face ao mercado de trabalho.

Da amostra

A construção da amostra percorreu diversas fases e decorreu das informações colhidas junto do DEPGEF (Departamento de Planificação e de Gestão Financeira do Ministério da Educação). Neste organismo do ME foi obtida uma lista de todos os cursos e número de alunos inscritos, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino universitário recensaados por aqueles serviços, no ano lectivo de 1991-1992. A partir dessa listagem, procedeu-se à construção da amostra, para o que:

- 1 - se distribuíram os cursos existentes por doze áreas a partir de uma adaptação da classificação das áreas científicas proposta pela OCDE no Frascati Manual (OCDE, 1993);
- 2 - se respeitou o peso de cada área e de cada estabelecimento de ensino no conjunto dos estudantes universitários, no conjunto dos inquiridos;
- 3 - se elegeram como variáveis, o género, a idade, a área científica e o estabelecimento de ensino;

QUADRO 1
Estrutura da amostra

	Género Masculino		Género Feminino		Total de Inquiridos	
	Número	%	Número	%	Número	%
Ens. Univ. Público	612	40.7	893	59.3	1505	100.0
Ens. Univ. Privado	200	38.4	321	61.6	521	100.0
Total de inquiridos	812	40.1	1214	59.9	2026	100.0

4 - não houve qualquer procedimento específico na selecção dos alunos a inquirir em cada estabelecimento. O investigador deslocou-se aos diferentes estabelecimentos e, aí, inquiriu os jovens que, obedecendo às condições determinadas (por género, idade e área científica), se disponibilizaram para o efeito;

5 - não se seguiu qualquer esquema pre-determinado na aplicação do questionário, nomeadamente no que respeita ao local em que tal se verificou. Assim, o inquérito foi aplicado, indistintamente, em salas de aula (antes, depois ou durante as aulas), em bibliotecas e em salas de estudo;

6 - foram inquiridos jovens em 117 faculdades/institutos/departamentos de todo o país, num total de 11 universidades públicas (todas as existentes) e um instituto autónomo (ISCTE) e 5 universidades privadas (Universidade Portucalense; Universidade Lusíada; Universidade Autónoma de Lisboa e polo das Caldas da Rainha; Universidade Internacional e polo de Chaves; Universidade Católica – centros de Braga, Viseu, Porto e Lisboa).

Os questionários foram aplicados pelo investigador e preenchidos pelos inquiridos na sua presença, sendo a amostra constituída por 2.026 indivíduos, distribuídos conforme o Quadro 1.

Da tipologia de classes utilizada

O enquadramento dos estudantes numa tipologia de classes desempenha, no contexto da inves-

tigação, um papel instrumental: permitir aferir do grau de equidade do sistema, a partir da participação de diversos grupos sociais no ensino universitário.

Para esta caracterização optou-se pela proposta de J. Ferreira de Almeida *et al.* (1988), na medida em que ela toma em consideração, para a posição de classe dos grupos domésticos, a fracção de classe a que pertencem os indivíduos de ambos os géneros.

A opção por esta proposta radica, pois, no facto de ser possível proceder à distribuição dos estudantes universitários tendo em conta o papel desempenhado pelos respectivos pai e mãe no conjunto do agregado familiar. A composição social da população universitária realizou-se, pois, à luz daquela proposta, ainda que com algumas adaptações:

- umas decorrentes da necessidade de encontrar homologias possíveis entre a actual Classificação Nacional das Profissões (IEFP, 1994) e a existente aquando da construção da tipologia proposta;
- outras, resultaram da necessidade de restringir, progressivamente, o número de fracções de classe a fim de dar sentido aos testes estatísticos realizados.

Nesse sentido, o processo de reconfiguração daquela tipologia, é o explicitado no Quadro 2, o qual releva das adaptações realizadas na matriz de construção dos lugares de classe, tendo em conta as duas classificações de profissões em confronto.

QUADRO 2
Matriz de construção dos lugares de classe dos indivíduos

Grupos de Profissões		Situação na profissão		
Matriz inicial	Matriz proposta	Patrões	Isolados	Assalariados
0/1 Prof. científicas, técnicas e artísticas	2. Especialistas das prof. intelectuais 3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	BEP	BDP	PBTE
2. Directores e quadros superiores	1. Quadros sup. adm. pub., dirigentes e quadros sup. de empresa	BEP	BDP	BDP
3. Pessoal administrativo e outros 4. Pessoal do comércio e outros 5. Pessoal dos serviços e outros	4. Pes. adm. e similares 5. Pes. dos serviços e vendedores 9.1. Trab. não qualificados dos serv. e comércio	BEP	PBPR	PBTE PBE
6. Agricultores e outros	6. Agric. e trab. qualificados da agric. e pescas 9.2. Trab. não qualificados da agric. e pescas	BEP	C	PBTE OA
7. Trab. das indústrias e dos transportes e outros	7. Op., artífices e trab. similares 8. Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem 9.3. Trab. não qual. das minas, da const. civil e obras públicas, da ind. transf. e dos transportes	BEP	PBPR	PBTE OI

São, então, as seguintes as classes e fracções de classe utilizadas:

B- BURGUESIA

BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária
BDP - Burguesia Dirigente e Profissional

PB - PEQUENA BURGUESIA

PBTE - Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento
PBE - Pequena Burguesia de execução
PBPR - Pequena Burguesia Proprietária
C - Campesinato

O - OPERARIADO

OA - Operariado Agrícola
OI - Operariado Industrial

No processo de reconfiguração daquela tipologia, mantiveram-se as classes e fracções de classe, bem como a matriz de construção dos lugares de classe dos grupos domésticos, a partir das matrizes de construção dos lugares de classe do «pai» e da «mãe» dos inquiridos.

No entanto, para a construção da matriz dos lugares de classe do grupo doméstico dos estudantes readaptou-se a proposta original, no sentido de manter apenas as oito fracções de classe originárias e acima referidas, ao invés das treze fracções de classe propostas pela tipologia, a fim de dar sentido estatístico aos testes realizados.

Nesta reelaboração, seguiram-se as sugestões dos próprios autores da tipologia quando referem que, nos casos em que um dos indivíduos ocupa uma fracção à qual se encontra associado um

elevado poder simbólico, o grupo doméstico é determinado pela fracção de classe a que pertence, indistintamente, o indivíduo do género masculino ou do género feminino e que noutros, quando é substancialmente diferente o poder simbólico associado a cada uma das fracções de classe, poder-se-á optar pela inclusão do grupo doméstico na fracção de classe correspondente ao indivíduo do género masculino.

2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A EQUIDADE NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO

2.1. *Nível académico dos pais dos inquiridos*

Para conhecer o modo como se encontra repartido o capital escolar por entre os pais dos estudantes universitários, incluiu-se no questionário, uma questão que apresentava 5 hipóteses: 1 - escolaridade igual ou inferior ao 1.º ciclo do ensino básico; 2 - 2.º ciclo do ensino básico; 3 - 3.º ciclo do ensino básico; 4 - ensino secundário; 5 - curso médio/curso superior.

O Quadro 3 revela-nos a distribuição dos pais dos inquiridos pelos diversos níveis de habilitação académica.

Em primeiro lugar, é importante referir que do número total de inquiridos ascendeu a 98.0% do número total de respostas possíveis, facto que permite considerar com alguma fiabilidade as conclusões de seguida apresentadas.

A primeira grande conclusão que se retira é a de que uma boa parte dos pais dos jovens que frequentam o ensino universitário têm, apenas, o 1.º ciclo do ensino básico ou menos. Se a estes adicionarmos os indivíduos com um nível de escolaridade equivalente ao 2.º ciclo do ensino

básico verificamos que os níveis mais baixos de escolaridade contribuem, no caso dos pais dos inquiridos, com quase metade dos efectivos universitários.

Por outro lado, a análise das respostas obtidas permite verificar que, para os outros graus de ensino, se destaca de forma significativa, a posição correspondente à educação de nível/médio superior.

2.1.1. O nível de escolaridade do «pai» e do «pai+mãe» dos inquiridos e a medida da equidade do sistema universitário

No sentido de comparar o grau de equidade do sistema universitário hoje e na década de 60, dê-se atenção ao nível de escolaridade do «pai» dos estudantes que, no início dessa década, frequentavam a universidade:

QUADRO 4
Habilitação académica do «pai» dos estudantes do ensino superior universitário em 1963-1964

Nível de habilitações	%
Sem instrução	2.7
Instrução primária	32.6
Instrução secundária	27.4
Curso médio	8.7
Curso superior	27.5
Sem resposta	1.2

Fonte: Codes (1967). *Situação e Opinião dos Universitários - Inquérito Promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica*, citado por Vieira, M. in «Transformação recente no campo do ensino superior», *Análise Social*, vol. xxx (131-132), 1995 (2.º-3.º), pp. 315-373.

QUADRO 3
Habilitação académica do «pai» dos inquiridos

	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	secundário	médio/superior
Total respostas	1994	802	169	244	256
Total em %	100.0	40.2	8.5	12.2	12.8

QUADRO 5
*Comparação do nível de habilitação académica do «pai» dos estudantes universitários
 nos anos lectivos 1963-1964 e 1994-1995*
 (%)

Habilitações	1963-1964	1994-1995
Igual ou inferior a 4 anos de escolaridade	35.3	40.2
curso médio ou superior	36.2	26.2
Outros	28.5	33.6

QUADRO 6
População residente por nível de instrução
 (% da população total)

Habilitações	1960	1990
Sem possuir grau de ensino (1)	61.4	16.1
Ensino básico primário (2)	22.5	43.8
Igual ou inferior a 4 anos de escolaridade (1)+(2)	83.9	61.5
curso médio ou superior	0.9	6.3
Outros	15.2	32.2

Fonte: *A situação Social em Portugal, 1960-1995*, António Barreto (Org.)

No sentido de serem comparáveis os níveis de escolaridade do «pai» dos estudantes dos dois períodos em análise, construiu-se o Quadro 5.

Com as reservas decorrentes do facto de não serem absolutamente idênticas as categorias habilitacionais relativas aos dois períodos parece ser possível afirmar, todavia, que a estrutura habilitacional do «pai» dos estudantes universitários não se alterou substancialmente em cerca de 30 anos. E isto, apesar do processo de escolarização conhecido, nomeadamente no que respeita à fixação e ao alargamento da escolaridade obrigatória, de que terá decorrido o aumento dos efectivos escolares e à criação de condições que potenciasses igualdade de oportunidades de acesso e de permanência no sistema educativo.

Assim, nos nossos dias, um quarto da população universitária ainda é proveniente de famílias

cujos pais detêm uma escolaridade de nível médio/superior, apesar deste nível não ser dominante no conjunto da população, como pode observar-se no Quadro 6. Todavia, não pode ignorar-se o facto de cerca de 40% dos jovens estudantes universitários serem oriundos de famílias cujos pais detêm um nível escolar igual ou inferior a quatro anos de escolaridade.

A importância relativa do grupo com uma escolaridade média/superior como grupo de recrutamento da população universitária nos dois momentos considerados é, de facto, mais explícita, quando constatamos o fraco peso deste nível de escolaridade no conjunto da população portuguesa no início das décadas de 60 e de 90.

O cruzamento dos valores dos dois quadros acima informa-nos, então, de que a população residente com um nível de escolaridade médio/

/superior sendo diminuta no conjunto da população contribui com uma parcela importante de estudantes universitários.

Todavia, deve acautelar-se as inferências possíveis, uma vez que os dois quadros representam universos diferentes, respectivamente o «pai» dos estudantes universitários (Quadro 5) e a população residente total, independentemente do género (Quadro 6). Colocada esta reserva metodológica, parece ser possível concluir que a situação apresentada indicia para uma participação não proporcional dos diversos grupos definidos em termos académicos no segmento universitário hoje como na década de 60.

Os números sugerem uma situação dominada por um certo imobilismo estrutural do capital escolar dos jovens do ensino universitário, apesar do processo de democratização do ensino entretanto observado em Portugal e que se traduziu, nestes 30 anos, nomeadamente:

- na diminuição, em cerca de 22%, dos efectivos da população com um número de anos de escolaridade igual a 4 ou inferior;
- na duplicação do conjunto de indivíduos com níveis intermédios de habilitação.

Assim, a diminuição da população com um nível de instrução igual ou inferior à escolaridade básica e o aumento do nível médio de instrução da população em geral não encontra isomorfismo no capital escolar de que são portadores os estudantes universitários.

De seguida, damos atenção ao nível de escolaridade da «mãe» dos estudantes universitários inquiridos (Quadro 7). Apesar de não termos valores homólogos para a década de 60, julgamos importante analisar a distribuição da «mãe» dos inquiridos por níveis de escolaridade, uma vez que ela poderá consolidar afirmações anteriores,

ao ilustrarem situações semelhantes às registadas para o «pai».

À semelhança do que se verificou com a questão relativa aos pais dos inquiridos, o número de respostas válidas foi extremamente elevado, isto é, 98.7% do total de casos possíveis.

Tal como ocorre para o «pai» dos estudantes universitários, são as mães portadoras de menor capital escolar que contribuem em maior número para a população universitária (55.1%), seguindo-se, depois, o grupo de indivíduos com um nível de habilitação de natureza média/superior, reproduzindo a morfologia académica verificável para os pais destes estudantes.

Apesar das variáveis «habilitação académica do pai» e «habilitação académica da mãe» apresentarem tendências semelhantes, os valores indiciam, no entanto, para uma diferença significativa entre o nível médio de escolaridade dos pais e o das mães, em benefício daqueles.

Estes valores poderão ser o retrato da existência de uma tendência significativa da «desigualdade de condições de acesso» ao ensino em geral existente entre homens e mulheres pertencentes ao escalão etário compreendido entre 40-50 anos (escalão onde se concentra a maior parte dos pais e das mães dos inquiridos). Isto é, aqueles valores poderão retratar a discriminação em género conhecido no país em tempos que recuam até à década de 60, altura em que as condições socio-políticas e económicas vêm induzir o processo de feminização da população estudantil, nomeadamente ao nível universitário, em Portugal (Braga da Cruz *et al.*, 1995).

Se esta situação discriminatória por género tem vindo a ser posta em causa desde o final dos anos 60, o presente estudo vem corroborar esse processo de feminização ao nível da população universitária, como se pode concluir da composição da amostra.

QUADRO 7
Habilitação académica da «mãe» dos inquiridos

		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	secundário	médio/superior
Total respostas	2000	931	169	231	214	455
Total em %	100.0	46.6	8.5	11.6	10.7	22.8

QUADRO 8
Estrutura académica da população residente em 1991-1992 e do «pai+mãe» dos inquiridos

	% população residente por nível de instrução (1991)*	Nível de instrução do «pai+mãe» dos estudantes que ingressaram no ensino superior universitário em 1991/92, em % (**)
Até 1.º ciclo	61.5	43.4
2.º ciclo	12.7	8.4
Subtotal	74.2	51.8
3.º ciclo	10.9	11.9
Ens. Sec. (1)	8.7	11.8
Méd./Sup. (2)	6.3	24.5
(1)+(2)	15.0	36.3

* INE, Censo 1991

** Valores determinados pelo investigador a partir dos questionários, para um universo de 4052 indivíduos (2026 pais + 2026 mães)

Deste modo, no ano lectivo de 1991-1992 a taxa de feminização relativa aos alunos que ingressaram no ensino superior universitário seria de 59.9%. Esta taxa enquadra-se, aliás, na tendência para a feminização do ensino universitário evidenciada por Barreto *et al.* (1995), quando referem que a percentagem de mulheres matriculadas no ensino superior passou de 29.1% do total de alunos matriculados no ano lectivo de 1960-1961 para 55.5% no ano lectivo de 1990-1991. Esta situação revela uma mudança significativa no género da população universitária, indiciando um processo que concretiza um grau de maior equidade no sistema, quando considerado em função do género dos estudantes universitários.

Todavia, para melhor se poder aferir do actual grau de equidade de acesso do sistema educativo, na vertente universitária, em função do indicador «capital escolar», é necessário perceber em que medida a população universitária retrata a actual composição escolar da população portuguesa.

Para tal, utiliza-se o «nível de instrução da população portuguesa», para o que nos socorremos do Censo de 1991 e da distribuição do «pai+mãe» dos inquiridos pelas cinco posições académicas que o questionário apontava.

Os valores do Quadro 8 mostram bem que a

composição da população universitária, no que respeita ao nível académico do «pai+mãe», não obedece à composição homóloga para o conjunto da população residente, em 1991. A análise dos valores do quadro é esclarecedora de, em termos relativos, serem os estratos possuidores de maior capital escolar aqueles que, sendo os menos representados no conjunto da população portuguesa, mais contribuem para a população universitária.

Os valores do Quadro revelam, portanto, a inexistência de uma proporcionalidade directa entre o nível médio de instrução da população portuguesa em geral e a sua representação nas universidades, através dos respectivos filhos, vindo mostrar que o sistema educativo português, no seu segmento universitário, ainda surge como um segmento onde os grupos sociais portadores de menor capital escolar continuam subrepresentados.

2.2. Situação dos pais dos inquiridos na profissão

Relativamente à variável «situação na profissão», eram apresentadas, no questionário, três posições possíveis: posição 1: patrão; posição 2: trabalhador independente; posição 3: trabalhador por conta de outrem (TPCO).

QUADRO 9
Situação na profissão do «pai» dos inquiridos

	Número respostas	Patrão	Trab. Independente	TPCO	Outros
Total	1966	231	381	1326	27
%	100.0	11.7	19.4	67.4	1.5

QUADRO 10
Situação na profissão da «mãe» dos inquiridos

	Número respostas	Patrão	Trab. Independente	TPCO	Outros
Total	1992	91	221	1081	609*
%	100.0	4.6	11.1	54.3	30.0

* Número de «domésticas»: 588 (29.5%)

De referir que era possível aos jovens criar outra situação, nomeadamente a de «doméstico(a)». O Quadro 9 indica-nos a natureza das respostas relativas ao «pai» dos inquiridos.

Uma primeira observação diz respeito ao número total de respostas, que se cifra em 97.0% do número total de inquiridos, valor suficientemente elevado para se considerarem as respostas como representativas da situação na profissão dos «pai» do universo «população universitária».

Os valores do Quadro são demonstrativos do peso dos TPCO no total de pais dos inquiridos, podendo afirmar-se que os patrões e os profissionais liberais estão menos representados na população universitária.

O Quadro 10 representa a situação na profissão da «mãe» dos inquiridos.

Para além do número significativo de respostas face ao número total de inquiridos e das considerações acima feitas, o que se destaca de imediato é o elevado número da categoria «outros» (predominantemente constituído pela categoria «doméstica», com um peso de 29.5% do total da categoria) e o peso dos TPCO neste grupo.

Igualmente importante é a constatação do fraco peso das posições «patrão» e «trabalhador in-

dependente», quando comparado com posições homólogas ocupadas pelos pais. As mães dos inquiridos, enquanto agentes económicos, têm uma menor expressão nas situações relativas ao exercício autónomo de uma actividade profissional.

Este facto, quando conjugado com o menor nível médio de instrução relativamente ao «pai» dos inquiridos, poderá contribuir para inferir de situações discriminatórias, por género, cabendo às mulheres um papel menos «importante» no sistema produtivo.

No entanto, a informação recolhida apenas a partir da variável «situação na profissão» não é, por si só, significativa do grau de equidade do sistema educativo. Para tal tem de ser comparada com indicador semelhante relativo à população activa em geral, como faremos de seguida.

2.2.1. A profissão do «pai+mãe» dos inquiridos e a medida da equidade do sistema universitário

Nesta secção, iremos, então, comparar a «situação na profissão» do «pai+mãe» dos inquiridos com os valores homólogos no conjunto da população portuguesa, em conformidade com as

QUADRO 11

Comparação da situação na profissão do «pai+mãe» dos inquiridos com situações homólogas respeitantes à totalidade da população activa, em 1991

	Composição percentual população activa total*	Composição percentual do «pai+mãe» dos estudantes inquiridos
Patrões	6.4	9.6
Trab. Independente	13.5	17.9
TPCO	76.8	71.6
Outros	3.3	0.9
TOTAL	100.0	100.0

* INE, Censo 1991

informações do Censo de 1991. De registar que não contabilizamos, neste caso, a «categoria» de «doméstico(a)».

Os valores do Quadro 11 vêm revelar alguma desigualdade entre a situação na profissão da população portuguesa em geral e os «pai+mãe» dos inquiridos. Assim, se é verdade que o maior contributo para a população universitária provém, dos TPCO, situação dominante, também, na população activa portuguesa, é indubitável, no entanto que:

- a situação de TPCO se apresenta subrepresentada na população universitária, quando comparada com a população em geral;
- a situação de «patrão» se encontra sobrerrepresentada relativamente às restantes categorias, quando comparamos os valores da nossa amostra com os valores correspondentes á realidade nacional;
- a situação de trabalhador independente se encontra sobrerrepresentada no contexto da população universitária.

Esta descoincidência, e apesar do forte contributo dos TPCO para a população universitária, pode ser reveladora de que as condições de acesso à universidade ainda poderão regular a composição da população universitária em função de atributos para além dos desempenhos académicos, nomeadamente os económicos.

De facto, não será por acaso que encontramos sobrerrepresentados, na população universitária os estratos que, de algum modo representam uma

situação de independência profissional (patrão e trabalhador independente), aos quais é usualmente afecto maior nível de rendimento e de prestígio no mercado de trabalho. Para melhor perceber essa situação é indispensável compreender a composição sócio-profissional desta população.

Considerando a diversidade das situações possíveis, a análise detalhada do contributo de cada profissão para a população universitária e a comparação com o peso dessa profissão no conjunto da população portuguesa torna-se indispensável para se compreenderem os mecanismos de afectação dos jovens à universidade e se ponderar sobre os níveis de equidade desenvolvidos pelo sistema educativo. Esta análise será feita de seguida quando nos centrarmos sobre a profissão dos pais dos inquiridos.

2.3. Profissão dos pais dos inquiridos

Tendo em conta a classificação nacional de profissões (IEFP, 1994), enquadrou-se os «pai» e «mãe» dos inquiridos nas 9 categorias sócio-profissionais possíveis. O Quadro 12 revela, então, a forma como se distribuem os diferentes indivíduos, por essas categorias, não se tendo incluído os indivíduos que se encontram na situação de «doméstico».

Uma análise comparativa dos valores que revelam o estatuto profissional dos pais dos inquiridos por grandes categorias profissionais mostra-nos a diferença de estatuto profissional

QUADRO 12
Estrutura profissional do «pai» e «mãe» activos dos inquiridos

Categoria Profissional	Pai		Mãe	
	Número	%	número	%
Quadro superior	183	9.6	41	3.1
Especialista profis. intelect. e científica	317	16.7	286	21.5
Téc. e prof. nível intermédio	272	14.4	229	17.3
1.º Subtotal	772	40.7	556	41.9
Pessoal administrativo	226	11.9	237	17.7
Pessoal serviços e vendedores	258	13.6	196	14.8
Agic. e trab. qualificado da agr. e pescas	93	4.9	37	2.8
Operário e artífice	320	16.9	87	6.6
Operador instalações e trab. montagem	98	5.2	8	0.6
Trabalhador não qualificado	128	6.8	207	15.6
2.º Subtotal	1123	59.3	772	58.1
TOTAL	1895	100.0	1328	100.0

entre homens e mulheres, em benefício daqueles.

A situação reflecte uma estrutura desigual da participação dos dois géneros na actividade produtiva, sendo os valores do quadro elucidativos do facto das mães, em termos globais, ocuparem lugares menos importantes e de menor responsabilidade no conjunto da actividade económica, em relação aos respectivos pais.

A análise global das três primeiras categorias, por subcategorias profissionais, mostra-nos a importância das actividades docentes e similares nas mulheres e as relacionadas com as actividades de direcção e de chefia e com o exercício de profissões liberais, nos homens. Esta última circunstância era, aliás, previsível em função dos números relativos à situação dos pais dos inquiridos na profissão onde a percentagem de pais na situação de «patrão» e de «profissional independente» era bastante superior aos valores correspondentes para as mães.

Por outro lado, o peso da «mãe» nas categorias restantes e ligadas a actividades terciárias (categorias 4 e 5) é, em geral, muito próximo ao dos homens. Este facto vem corroborar a participação desigual, por género, dos «pai» e «mãe» dos estudantes do ensino superior universitário na actividade produtiva.

Por seu turno, a relação profissão/género ainda demonstra a existência de actividades sexualmente determinadas (Blackman, 1987). Esta situação é bem ilustrada quando comparamos a percentagem dos «pai» ocupados em actividades industriais (construção civil, metalomecânica, operadores de máquinas, etc.) e em serviços não qualificados (onde predomina a actividade de «pessoal de limpeza de escritórios, hotéis e trabalhadores similares») com a das «mãe».

Como conclusão relativa e geral, parece ser plausível afirmar que a distribuição sócio-profissional do «pai» e da «mãe» dos inquiridos segue o padrão frequentemente associado aos países em desenvolvimento. Em termos relativos encontramos uma maior percentagem de homens a desempenhar funções de chefia e de responsabilidade e um número superior de mulheres a desempenhar funções de execução para as quais são requeridas menores qualificações académicas, ao mesmo tempo que algumas actividades surgem como que sexualmente atribuídas.

2.3.1. A profissão do «pai+mãe» dos inquiridos e a medida da equidade do sistema universitário

Todavia, para avaliar do grau de abertura da

QUADRO 13
*Estrutura profissional dos activos em Portugal, em 1991, e do conjunto «pai+mãe» dos inquiridos
(em % do total)*

Categoria Profissional	«Pai+Mãe»	População activa total*
Quadro superior	7.0	5.3
Especialista profis. intelect. e científica	18.7	6.3
Téc. e prof. nível intermédio	15.5	6.7
1.º Subtotal	41.2	18.3
Pessoal administrativo	14.4	10.6
Pessoal serviços e vendedores	14.1	13.4
Agic. e trab. qualificado da agr. e pescas	4.0	8.6
Operário e artífice	12.6	23.7
Operador instalações e trab. montagem	3.3	8.8
Trabalhador não qualificado	10.4	16.6
2.º Subtotal	58.8	81.7
TOTAL em número	3223	4127570

* INE, Censo 1991

universidade bem como o nível de equidade deste segmento educativo, seria importante comparar-se a distribuição dos pais e das mães dos inquiridos por categorias profissionais com o peso de cada categoria na totalidade da população activa portuguesa.

Nesse sentido, construiu-se o Quadro 13 que compara a composição sócio-profissional do conjunto «pai+mãe» dos inquiridos com a estrutura sócio-profissional da população activa portuguesa. Se o primeiro indicador foi obtido a partir das respostas ao questionário, o segundo releva da análise dos dados do Censo de 1991.

O Quadro exprime uma situação de manifesta desigualdade na participação das diversas profissões desempenhadas pelos «pai+mãe» dos estudantes universitários e da população portuguesa em geral. Assim, as categorias mais prestigiadas («Quadro superior», «Especialistas de profissões intelectuais e científica» e «Técnicos intermédios») encontram-se, no conjunto dos «pai+mãe» dos inquiridos extraordinariamente sobrerrepresentadas relativamente à população total, enquanto que com as categorias portadoras de menor capital escolar («Operário» e «Trabalhador não qualificado») se verifica, exactamente, a situação inversa.

Nas categorias ligadas ao sector de serviços

esta situação surge mais mitigada, verificando-se alguma homologia entre os valores que apresentam no conjunto dos profissionais portugueses e no conjunto do «pai+mãe» dos inquiridos.

Deste modo, apesar de uma parte significativa dos estudantes do ensino superior universitário ser proveniente das categorias portadoras de menor capital escolar, a estrutura que o quadro acima revela, indicia para a natureza ainda elitista deste segmento de ensino.

De facto, se a percentagem de trabalhadores ocupados nas categorias relacionadas com a actividade comercial, agrícola e industrial é, no que respeita ao país, 4.5 vezes superior à percentagem de trabalhadores ocupados nas actividades de chefia, intelectuais e de quadros intermédios, aquele valor reduz-se para 1.4 quando consideramos, apenas, o conjunto dos «pai+mãe» dos inquiridos.

2.4. Os inquiridos e respectivas classe e fracção de classe

O Quadro 14 representa a afectação dos pais e mães dos inquiridos por classes e fracções de classe, para o que se procedeu de acordo com a metodologia atrás descrita.

Naturalmente estes valores têm de ser media-

QUADRO 14
Distribuição dos «pai» e «mãe» dos inquiridos por classes e fracções de classe

Classes e fracções de classe	Pai				Mãe**
	Pai		Mãe		%
	número	%	número	%	
BEP	227	11.2	86	4.2	6.4
BDP	204	10.1	54	2.7	4.0
B Total	431	21.3	140	6.9	10.4
PBTE	515	25.4	487	24.0	36.3
PBE	364	18.0	469	23.1	35.1
PBPR	197	9.7	113	5.6	8.4
C	75	3.7	46	2.3	3.4
PB Total	1151	56.8	1115	55.0	83.2
OI	299	14.8	79	4.0	5.9
OA	22	1.1	7	0.3	0.5
O Total	321	15.9	86	4.3	6.4
Total respostas	1903	94.0	1341*	66.2	100.0
TOTAL	2026	100.0	2026	100.0	

* Total de activos do género feminino

** Inclui, apenas, as percentagens de respostas correspondentes aos activos (1341)

tizados pelo facto de um grande número das mães dos inquiridos não exercer qualquer actividade remunerada, diminuindo o número real de activos.

Todavia, ainda que considerássemos apenas o número das mães activas (como assinalado na 5.^a coluna), a sua posição continua a ser, em termos gerais, de inferioridade relativamente à dos «pai» dos inquiridos. De facto, mesmo nesta situação, a posição das mulheres nas fracções correspondentes à classe «Burguesia» é inferior à dos homens e para o novo peso da classe «Pequena Burguesia» é determinante uma das suas fracções pouco prestigiadas, a fracção Pequena Burguesia de Execução.

De registar, ainda, a fraca participação da «mãe» dos inquiridos no conjunto dos «Operários» industriais e agrícolas.

Finalmente, se juntarmos, para o «pai» ou para a «mãe», as fracções de «Operariado» com as franjas menos prestigiadas da «Pequena-Burguesia», verificamos que são, simultaneamente, os estratos sociais portadores de menor e de maior

nível de capital cultural aqueles que dão maior contributo para a população universitária.

A confirmação deste facto exige, no entanto, que seja corroborado a partir da análise estatística dos dados recolhidos. No sentido de estabelecer estatisticamente aquela constatação, realizámos vários testes estatísticos que nos permitiriam perceber a existência, ou não, de alguma relação entre as variáveis «classe» e «fracção de classe» e a variável «nível de habilitação académica».

Assim, no que se refere aos indivíduos do género masculino, o teste de Kruskal-Wallis mostrou a existência de uma relação muito forte entre as variáveis «classe/fracção de classe» e «nível de habilitação académica».

Por seu turno, o teste do quiquadrado para as mesmas variáveis revelou a existência de uma associação bastante extensa entre elas (0.63), vindo confirmar a relação já encontrada no teste anterior.

No que respeita aos indivíduos do género feminino, o teste de Kruskal-Wallis mostrou, tam-

QUADRO 15
*Lugares de classe do grupo doméstico dos estudantes que ingressaram na universidade
no ano lectivo de 1991-1992*

Fracção de classe	Número	%
BEP	252	12.4
BDP	213	10.5
B - Total	465	22.9
PBTE	537	26.5
PBE	304	15.0
PBPR	189	9.3
C	74	3.7
PB - Total	1104	54.5
OI	289	14.3
OA	22	1.1
O - Total	311	15.4
Total casos	1880	92.8
TOTAL	2086	100.0

bém, a existência de uma relação muito forte entre as duas variáveis, vindo o teste do quiquadrado a confirmar essa relação, surgindo mais extensa do que nos indivíduos do género masculino (coeficiente de associação=0.65).

Desta forma, podemos afirmar que a variável «nível de habilitação académica» constitui um dos factores que condicionam a classe/fracção de classe em que se posicionam os diversos indivíduos, indiciando que continua a verificar-se uma forte relação entre o nível de escolaridade e a categoria profissional ocupada pelos indivíduos.

Naturalmente, o estudo da população universitária exige que se conheça a sua origem social o que passa não apenas pela categorização do «pai» ou da «mãe» dos inquiridos na tipologia de forma individual mas, também, a categorização do respectivo «grupo doméstico».

O Quadro 15 indica-nos, exactamente, esse lugar. Para a sua construção seguiu-se a metodologia já descrita, partindo da adaptação da proposta de J. Ferreira de Almeida *et al.*, tendo-se, em consequência, considerado todos os indivíduos, mesmo os «não-activos» (no nosso caso, fundamentalmente as «domésticas»), os quais que funcionam como um «elemento neutro» na

matriz de posição do grupo doméstico numa classe/fracção de classe.

Em primeiro lugar, registre-se o elevado número de casos válidos (1.880 em 2.026), o que permite afirmar que a forma de repartição dos grupos domésticos dos estudantes universitários pelas diversas fracções de classe obedecerá, em princípio, ao padrão que o Quadro retrata.

No que respeita ao lugar dos grupos domésticos propriamente ditos, julgamos que será de destacar:

- o peso da classe «Burguesia» no conjunto dos inquiridos (22.9%) que surge, assim, como uma importante fornecedora de estudantes do ensino superior universitário;
- o menor peso da classe «Operariado» para a população universitária, que contribui com, apenas, 15.4% dos efectivos;
- o contributo da «Pequena-Burguesia», 54.5% do total, mas com forte predomínio da sua categoria mais prestigiada, a fracção da Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento (26.5%).

Todavia, os resultados relativos à fracção da Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento devem ser lidos com alguma cautela tendo em

conta a própria metodologia utilizada. De facto, há que relativizar esta fracção em termos académicos, uma vez que nela se encontram, lado a lado, indivíduos possuidores de cursos médios/superiores e indivíduos portadores de níveis de habilitação académica inferior, mas que, em virtude do desempenho de funções de chefia, em qualquer uma das categorias profissionais socialmente menos prestigiadas, são para ela remetidos.

Por outro lado, não podemos esquecer que foram incluídos como pertencentes à mesma fracção de classe os indivíduos pertencentes às categorias 4 e 5 (que dão o maior contributo para a PBE) e à subcategoria 9.1 («pessoal não qualificado dos serviços e do comércio») que se caracteriza, fundamentalmente, pelo baixo nível de habilitação académica dos indivíduos aí colocados.

De qualquer forma, verifica-se que as fracções de classe portadoras de menores níveis académicos – «Operariado» e «Pequena-Burguesia de Execução» – concorrem apenas com 30.4% dos efectivos do ensino superior universitário.

O exposto vem mostrar, então, que a população universitária se encontra repartida de forma desigual pelas diferentes fracções de classe, sendo que os grupos portadores de maiores níveis de capital escolar, sendo minoritários no conjunto da população, são aqueles que constituem as fileiras preferenciais de recrutamento dos jovens universitários.

De referir que no sentido de controlar estatisticamente a forma de construção das diversas fracções de classe a que pertencem, o «pai» e a «mãe» dos inquiridos, bem como o respectivo «grupo doméstico», trabalharam-se as diversas variáveis estatisticamente, tendo-se encontrado elevados níveis de significância entre elas.

Assim, o teste de Kruskal-Wallis mostrou uma relação muito estreita entre a variável «classe social do grupo doméstico» e as variáveis «classe social do pai» e «classe social da mãe». Por outro lado, o teste do quiquadrado aplicado às mesmas variáveis indicia no mesmo sentido, registando uma associação muito extensa entre aquelas variáveis, ao apresentar um coeficiente de associação de 0.93 e de 0.75 para a relação «classe social do grupo doméstico» e «classe social do pai» e «classe social da mãe», respectivamente.

Por outro lado, quisemos verificar a importân-

cia, a existir, do nível de habilitações académicas do «pai» e da «mãe» dos inquiridos no lugar de classe do grupo doméstico. Para tal aplicou-se o teste de Kruskal-Wallis e o teste de quiquadrado às variáveis em análise, tendo-se encontrado níveis de associação muito extensos e de elevado nível de significância entre as diversas variáveis.

Assim, se o teste de Kruskal-Wallis demonstrou a existência de uma influência muito forte do nível de habilitações académicas do «pai» e da «mãe» dos inquiridos no lugar do grupo doméstico, o teste do quiquadrado também revelou associações extensas entre as diversas variáveis (coeficientes de associação de 0.62 e 0.56, para a relação grupo doméstico/habilitação do pai e grupo doméstico/habilitação da mãe, respectivamente).

A aplicação destes testes permite-nos retirar conclusões estatisticamente significativas e fiáveis acerca das relações existentes entre os estratos sociais a que pertencem os estudantes do ensino superior universitário e os níveis de habilitação académica dos respectivos «pai» e «mãe».

2.4.1. O lugar de classe do «pai+mãe» dos inquiridos e a medida da equidade do sistema universitário

Se a análise anterior pode remeter para uma composição da população universitária onde prevalecem as fracções de classe mais prestigiadas, a compreensão do grau de equidade do sistema, exige que se conheça a forma como a população portuguesa em geral se distribui por aquelas fracções.

Deste modo, a partir dos valores do Censo de 1991, incluímos a população portuguesa na tipologia proposta, tendo em conta a distribuição dos residentes, empregados com mais de 12 anos por profissão e por situação na profissão. De referir que desprezamos as informações relativas às categorias «trabalhador familiar não remunerado», «membro activo de cooperativa» e «outra situação» que representam, no conjunto, apenas, 3.3% do total da população em apreço.

Por outro lado, para os inquiridos, refizemos o enquadramento dos respectivos «pai» e «mãe» por fracções de classe, para o que se tomou em consideração a totalidade dos homens e mulheres que se encontram na mesma situação. Assim, os valores do Quadro 16 não representam o lugar

QUADRO 16
Distribuição do «pai+mãe» dos inquiridos e da população residente em 1991, com mais de 12 anos, empregada, por classes e fracções de classe

Classes e fracções de classe	«pai+mãe» dos inquiridos	população residente, com mais de 12 anos, empregada
BEP	9.6	6.6
BDP	8.0	3.3
B	17.6	9.9
PBTE	30.9	12.2
PBE	25.7	27.4
PBPR	9.6	7.3
C	3.7	5.3
PB	69.9	52.2
OI	11.7	34.2
OA	0.8	3.8
O	12.5	38.0
TOTAL em número	3244*	3982155**
TOTAL em %	100.0	100.0

* Corresponde ao somatório do número de respostas válidas relativas aos pais e mães activos dos inquiridos, respectivamente, 1903 e 1341

** INE, Censo 1991

de classe do grupo doméstico dos estudantes mas o lugar de classe de cada indivíduo, independentemente do respectivo género. Esta reelaboração surgiu como indispensável para que se pudesse realizar uma comparação com a composição social da população portuguesa empregada, em geral.

Os valores do Quadro 16 são bem demonstrativos do facto de a origem social dos estudantes, atribuída em função das variáveis «situação na profissão» e «profissão», ser bastante diferente da composição social da população em geral.

Assim, relativamente aos inquiridos, predominam estudantes oriundos da Burguesia e da Pequena Burguesia na sua fracção mais prestigiada (PBTE), enquanto que na população em geral se destacam as fracções da Pequena Burguesia de Execução e a de Operário Industrial.

Esta diferença vem corroborar conclusões anteriores, que apontam para o facto de a universidade ser um campo onde se registam fracos níveis de equidade, quando reflectimos sobre a composição social da população discente.

Estas informações vêm, assim, confirmar as situações anteriormente descritas e que apontavam no mesmo sentido: estamos perante um segmento do sistema educativo que revela um fraco grau de equidade, onde predomina uma população portadora de elevados níveis de capital escolar e económico.

3. REFLEXÕES FINAIS

Este artigo pretendia contribuir para perceber a dimensão do grau de equidade do sistema universitário português nos nossos dias bem como comparar essa dimensão com a que o sistema conhecia trinta anos atrás, quando se começou a registar um movimento que conduziria à criação de condições de igualdade de acesso e de permanência no sistema escolar de qualquer jovem, independentemente de sua origem.

Um trabalho desta natureza exige que se tomem em consideração uma multiplicidade de indicadores e um profundo rigor na análise dos re-

sultados. Neste momento, apesar do número limitado de indicadores utilizado e com as reservas enunciadas, julgamos ser possível reter algumas ideias centrais, naturalmente passíveis de reequacionamento em estudos posteriores, uma vez que esta problemática dificilmente se esgotaria no contexto de um estudo exploratório como aquele que o presente texto retrata.

Deste modo, parece poder concluir-se que:

- a evolução registada na estrutura social dos estudantes universitários ocorrida entre os anos 60 e os anos 90, que se traduziu num maior peso dos estratos sociais com menores níveis de capital escolar no conjunto da população universitária, foi de fraca dimensão. Esta evolução poderá ter sido uma consequência natural do aumento do nível de instrução da população em geral, neste período, não traduzindo um processo efectivo de recomposição social da população universitária que caminhasse no sentido de promover eficazmente a equidade deste segmento educativo. Com o relativismo imposto pela diferença de contextos político, social, económico e temporal, é pertinente questionar o grau de equidade do actual ensino universitário;
- os indicadores utilizados para medir o grau de equidade do sistema universitário vêm mostrar que a composição da população universitária nos nossos dias ainda traduz elevados níveis de desigualdade no que respeita ao acesso e permanência dos jovens em geral neste sector educativo. De facto, verifica-se que uma parte significativa daqueles que cursam a universidade são originários dos estratos portadores de maiores níveis de capital escolar e de fracções de classe mais prestigiadas e que, desta forma, reproduzem o capital de que são já portadores.

Assim, os indicadores utilizados para medir o grau de equidade do ensino universitário actual remetem para uma situação que interroga e duvida da retórica institucional, concretizada num discurso eivado de intenções igualitaristas. A análise efectuada vem ilustrar que a universalidade de acesso dos portugueses à educação, nomeadamente de nível superior, direito que surge inscrito no discurso político como uma premissa

estruturante do nosso sistema educativo, é contraditada por práticas que se consubstanciam em participações fortemente desiguais dos diferentes grupos sociais neste segmento educativo e penalizadoras dos grupos portadores de menores níveis de capital escolar, social e económico.

BIBLIOGRAFIA

- Accardo, A. (1983). *Initiation à la sociologie de l'illusionisme social*. Bordeaux: Le Mascaret.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1988). Famílias, estudantes e Universidade. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Arrow, K. (1973). Higher education as a filter. *Journal of Public Economics*, 2, 193-216.
- Barreto, A. et al. (1995). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Becker, G. (1964). *A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press.
- Blackman, S. J. (1987). The labour market in school: New vocationalism and issues of socially ascribed discrimination. In P. Brown, & D. N. Ashton (Eds.), *Education, unemployment and labour market* (pp. 27-56). London: The Falmer Press.
- Bourdieu, P. (1975). La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 7 (1), 91-117.
- Blaug, M. (1970). *An introduction to the economics of education*. Aldershot: Gregg Revivals.
- Bowles, F. (1963). *Acess to higher education*. Vol. I. Liège: UNESCO e International Association of Universities.
- Calero, J. (1993). *Efectos del gasto público educativo: El sistema de becas universitarias*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Servicio de Publicaciones.
- Carlini, M. L. R. (1996). *La cobertura pública de los custos directos de 1.ª enseñanza universitaria para la igualdad de oportunidades: una reflexión*. Comunicação apresentada às V Jornadas de la Asociación de la Economía de la Educación. Ciudad Real: Universidad de Castilla-La Mancha.
- Collins, R. (1979). *The credential society: A historical sociology of education and stratification*. New York: Academic Press.
- Coombs, P. (1985). *La crise mondiale de l'éducation*. Bruxelles: De Boeck.
- Cruz, M. B. da, & Cruzeiro, M. E. (1995). *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal. Situação e problemas de acesso*. Lisboa: ME/DEPGEF.
- Grácio, S. (1986). *Política educativa como tecnologia social. As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.

- IEFP (1994). *Classificação nacional das profissões*. Lisboa.
- INE - *Censos 1991*.
- Martins, M. B. (1973). *Sociedades e grupos em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mincer, J. (1979). Human capital and earnings. In J. Mincer (Org.), *Studies in Human Capital* (Vol. 1: 69-90). Aldershot: Edward Elgar, 1993.
- Ministério da Educação - Estatísticas de Alunos - ano lectivo 1991-1992 Departamento de Programação e Gestão Financeira
- Ministério para a Qualificação e o Emprego (1996). *Quadros de Pessoal 1994*. Lisboa: Departamento de Estatística.
- OCDE (1993). *Proposed standard practice for surveys of research and experimental development - Fasci Manual*. Paris.
- Pencavel, J. (1991). Higher education, productivity and earnings: A review. *Journal of Economics Education*, 4, 331-342.
- Pintado, M. R., & Mendonça, A. (1989). *Grupos económicos*. Lisboa: Texto Editora.
- Schultz, T. (1961). Investment in human capital. *American Economic Review*, 51, 1-16.
- Spence, M. (1973). Job market signaling. *Quarterly Journal of Economics*, 87 (3), 355-374.
- Vieira, M. M. (1995). Transformação recente no campo do ensino superior. *Análise Social*, 30 (131-132), 315-373.
- Weale, M. (1992). Externalities from education. In E. Cohn, & G. Johnes (Eds.) (1994), *Recent developments in the economics of education* (pp. 115-138). Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.

RESUMO

Neste artigo, o autor discute o grau de equidade do

ensino universitário português, a partir da composição social da sua população. Utilizando as informações recolhidas através de um inquérito por questionário que aplicou a uma amostra representativa dos estudantes universitários do ensino público e privado de todo o país, o autor utilizou vários indicadores para fazer a respectiva caracterização social. De seguida, o autor compara a composição social destes estudantes, por um lado, com a dos estudantes universitários dos anos 60 e, por outro, com a da população actual em geral. Dessa comparação, o autor conclui que o sistema universitário português continua fortemente desigualitário, apesar da retórica institucional, tendo em conta o peso dos jovens pertencentes aos grupos sociais mais prestigiados no conjunto da população universitária.

Palavras-chave: Ensino superior, composição social, equidade.

ABSTRACT

In this article, the author argues about the equity of the portuguese university system, using for the discussion the social composition of the university students. With the informations he got thanks to an inquiry that he applied to a representative sample of the students from the public and the private universities, all over the country, the author characterized these students and he compared them with the university students of the 60ties and with the portuguese population of nowadays. From these compairaisons, the author concludes about the strongly degree of inequity of the portuguese university system, regarding the importance of the high classes between its students, although the igualitarist intentions existing in the speeches of the politicians.

Key words: Higher education, social composition, equity.